

Francisco de Assis Alves
Imaculada Abenante Milani
Sandra Camarinho de Macedo
Priscila Almeida Alves



Av. Paulista, 2518, 4º andar, cj. 41
Cerqueira Cesar - CEP: 01310-300
Capital - São Paulo - Brasil
Fone: (11) 3257-0134
Fax: (11) 3256-5508
e-mail: adv.assisalves@terra.com.br

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO
DA VARA CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL DE
CURITIBA-PR

PROTOCOLO

UNICOM - REGISTRO NACIONAL DE DISTRITO 11/ABR/2006 15:42



2006.70.00.009663-9

Jurídico
Data: 17/04/06 por: 4:05
Responsável: Fabiana

COMITÊ GESTOR DA INTERNET DO

BRASIL, criado pela Portaria Interministerial nº 147, dos Ministros de Estado das Comunicações e da Ciência e Tecnologia, de 31 de maio de 1995 (doc. 01), ratificado pelo Decreto Presidencial nº 4.829, de 03 de setembro de 2003 (doc.02), neste ato, representado por seu coordenador e representante legal, **Agusto César Gadelha Vieira**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 224.662/SSP-CE e inscrito no CPF/MF sob o nº 261.871.407-33, residente e domiciliado na Rua Visconde de Itaúna, 263 - Jardim Botânico - Rio de Janeiro, CEP 22460-140, designado pela Portaria Interministerial dos CCivil/MC/MCT nº 902, de 30 de dezembro de 2005 - DOU 30-12-2005 (doc. 03), designação confirmada pelo disposto no art. 2º, inc. I, alínea a, do citado Decreto nº 4.829/03, por seus procuradores ao final

13 ABR. 2006

Francisco de Assis Alves
Imaculada Abenante Milani
Sandra Camarinho de Macedo
Priscila Almeida Alves

Av. Paulista, 2518, 4º andar, cj. 41
Cerqueira Cesar - CEP: 01310-300
Capital - São Paulo - Brasil
Fone: (11) 3257-0134
Fax: (11) 3256-3508
e-mail: adv.assisalves@terra.com.br

130
8

assinados, mandato incluso onde consta endereço para intimações, (doc. nº 04), respeitosamente, vem à presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 139 do Código Penal, além dos demais dispositivos legais que regulamentam a matéria, aforar a presente **AÇÃO PENAL PRIVADA (QUEIXA-CRIME)** contra **JAN STRUIVING**, de nacionalidade e estado civil ignorados, técnico em informática, portador da cédula de identidade para estrangeiros RNE W024569-Q(PF) e inscrito no CPF/MF sob o nº 201.978.619-20, com endereço na Travessa Alcídio Rocco, 5 - Afonso Pena, na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná - CEP 83045-160, em razão dos fatos e jurídicos fundamentos a seguir expostos.

I - DA LEGITIMIDADE ATIVA DO QUERELANTE

O Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br foi criado, como afirmado, pela Portaria Interministerial MC/CT nº 147/95 (doc. 01), ratificado e alterado pelo Decreto Presidencial nº 4.829, de 03 de setembro de 2003 (doc.02), para exercer, dentre outras, as seguintes atribuições: estabelecer diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil; estabelecer diretrizes para a organização das relações entre o Governo e a sociedade, na execução do registro de Nomes de Domínio, na alocação de Endereço IP (Internet Protocol) e na administração pertinente ao Domínio de Primeiro Nível (ccTLD - country code Topel Level Domain), ".br", no interesse do desenvolvimento da Internet no País. Também é responsável por assegurar a justa e livre competição entre os provedores e garantir a manutenção de adequados padrões de conduta de usuários e provedores.

De acordo com o que dispõe o citado Decreto nº 4.289/03, o CGI.br é composto por membros do

Francisco de Assis Alves
Imaculada Abenante Milani
Sandra Camarinho de Macedo
Priscila Almeida Alves

Av Paulista, 2518, 4º andar, cj 41
Cerqueira Cesar - CEP: 01310-300
Capital - São Paulo - Brasil
Fone: (11) 3257-0134
Fax: (11) 3256-5508
e-mail: adv.assisalves@terra.com.br

governo, do setor empresarial, do terceiro setor e da comunidade acadêmica. O CGI.br representa um modelo de governança na Internet, pioneiro no que diz respeito à efetivação da participação da sociedade nas decisões envolvendo a implantação, administração e uso da rede. Com base nos princípios de multilateralidade, transparência e democracia, desde julho de 2004, o CGI.br elege democraticamente seus representantes da sociedade civil para participar das deliberações e debater prioridades para a Internet, junto com o Governo.

Embora não possua personalidade jurídica propriamente dita, é sem dúvida uma entidade jurídica e, nessa condição, detentora de direitos e obrigações.

E, por ser uma entidade jurídica detentora de direitos e obrigações, em tudo se assemelha a uma pessoa jurídica.

O próprio E. Supremo Tribunal Federal, na carta rogatória nº 11.371, em que a Procuradoria da República, junto ao Tribunal Ordinário de Bolonha, requeria fosse obtido junto ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, as informações relativas à comunicação por meio eletrônico, visando esclarecer homicídio ocorrido na Itália, determinou, em data de 20 de fevereiro de 2004, que fosse expedida intimação, via postal, "ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, na pessoa do seu representante legal, em Brasília/DF", reconhecendo, assim, a representação legal dessa entidade (doc. nº 05).

AGUSTO CÉSAR GADELHA VIEIRA,
anteriormente qualificado, conforme disposto no art. 2º, inc. I,
alínea a, do citado Decreto nº 4.829/03, é o coordenador do



Francisco de Assis Alves
Imaculada Abenante Milani
Sandra Camarinho de Macedo
Priscila Almeida Alves

Av. Paulista, 2518, 4º andar, cj. 41
Cerqueira Cesar - CEP: 01319-300
Capital - São Paulo - Brasil
Fone: (11) 3257-0134
Fax: (11) 3256-5508
e-mail: adv.assisalves@terra.com.br

132
8

CGI.br e, assim, representa referido Comitê na defesa de seus direitos e no cumprimento de suas obrigações.

O Código de Processo Civil, o qual se aplica, por analogia, ao processo penal, por força do que dispõe o artigo 3º, do Código de Processo Penal, estabelece, em seu art. 12, inc. VII, que **serão representados em juízo, ativa e passivamente: VII - as sociedades sem personalidade jurídica, pela pessoa a quem couber a administração dos seus bens.**

Assim, nada obsta ao Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br, embora sem personalidade jurídica, exercer a titularidade desta ação penal privada, uma vez devidamente representado pela pessoa legalmente habilitada para tanto.

II - DA LEGITIMIDADE PASSIVA DO QUERELADO

Como se verá no corpo do presente pedido, o site "www.interjuris.com.br", de responsabilidade do Querelado, e através de sua única e exclusiva autoria, vem assacando uma série de difamações contra o Comitê Gestor da Internet do Brasil - CGI.br, valendo-se de frases e expressões dos quais se infere difamação, nos termos do art. 139, do Código Penal.

O Querelante promoveu contra o Querelado, com fundamento no art. 144 do Código Penal, o competente pedido de explicações, processo que tramitou pelo MM. Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Justiça Federal de Curitiba-PR, processo nº 2005.70.00.028397-6, para que o mesmo confirmasse a autoria das difamações abaixo transcritas - (doc. nº 06).



Francisco de Assis Alves
Imaculada Abenante Milani
Sandra Camarinho de Macedo
Priscila Almeida Alves

Av. Paulista, 2518, 4º andar, cj. 41
Cerqueira Cesar - CEP: 01310-300
Capital - São Paulo - Brasil
Fone: (11) 3257-0134
Fax: (11) 3256-5508
e-mail: adv.assisalves@terra.com.br

133

Igualmente, o Querelante buscou notificar o Querelado através de notificação extrajudicial, não tendo conseguido êxito em seu intento visto o Querelado se ocultar para não receber a referida notificação (doc. nº 07).

Contudo, não há a menor dúvida de que o Querelado já tomou conhecimento, tanto do pedido judicial de explicações, quanto da notificação extrajudicial, como faz prova a inclusa publicação do jornal "O Estado de São Paulo", Caderno de Economia, do dia 06 de novembro de 2005, pg. B10 (doc.08), onde consta que, na entrevista que o mesmo concedeu ao referido órgão de imprensa, que **"Struiving recebeu uma notificação extrajudicial do Comitê Gestor, para que confirme ser o autor das acusações"**.

Assim também, não há a menor sombra de dúvida de que o Querelado seja o autor das difamações ao adiante transcritas, que denigrem a honra do Querelante, primeiro, porque, no site "interjuris.com.br" o mesmo aparece como o único responsável (doc. nº 09, fls. 14) e, segundo, porque na referida publicação do jornal "O Estado de São Paulo", consta expresso que: **"Ele (o Querelado) decidiu declarar guerra ao Comitê Gestor da Internet do Brasil, responsável pelo registro dos endereços com o sufixo "br".** Num de seus sites, chamado interjuris.com.br, faz acusações graves contra o CGI.br e seus diretores, o que torna despicienda a ultimação do pedido de explicações referido, eis que o Querelado assumiu, assim, legitimidade passiva para a presente queixa crime.

III - DO CRIME CONTRA A HONRA PERPETRADO PELO QUERELADO - DIFAMAÇÃO

9

Francisco de Assis Alves
Imaculada Azeite Milani
Sandra Camarinho de Macedo
Priscila Almeida Alves

Av. Paulista, 2518, 4º andar, cj 41
Cerqueira Cesar - CEP: 01310-300
Capital - São Paulo - Brasil
Fone: (11) 3257-0134
Fax: (11) 3256-5508
e-mail: adv.assisalves@terra.com.br

Como afirmado acima, o site "www.interjuris.com.br" de responsabilidade do querelado (doc. nº 10) tem assacado inúmeras difamações contra a entidade CGI.br e seus membros.

Assim é que, em pesquisa recente ao site em questão (doc. nº 09), constata-se as difamatórias afirmações ao CGI.br, a saber:

"a) MENSALÃO NA INTERNET II:

Após 32 meses de governo, graças ao decreto presidencial que viabiliza a inovação da ordem jurídica à margem da lei (anexo1) foi possível extorquir R\$ 64 milhões de reais a uma velocidade de R\$ 2 milhões/mês sob a forma de doação forçada de R\$ 30,00/ano de cada um dos 800 mil internautas. Veja foto da gang e integrantes.

b) **Dúvida:** Será que existe alguma relação entre os míseros 200 mil reais da mala do Dep. José Dirceu em Londrina PR, noticiada pela mídia; do ridículo cargo de "Notório Saber em Internet" criado por ele e do sumiço dos 64 milhões de reais do Comitê Gestor Internet?

c) **O próximo golpe** já está no forno: Mais de 32 mil domínios genéricos de altíssimo valor no mercado como abatedouros.com.br etc. estão sendo estocados durante 10 anos nas ilhas Caimans.br sob o "carimbo" do código secreto "Reservado pelo CG". Alguns como antispam.com.br que estava no último leilão foi para "o processo de transição de edu.br para caimans.br" e outros nem chegam lá, pois são desviados antes para empresas que tem muito dinheiro como o domínio kraft.com.br. Na hora H é só juntar uns acéfalos sob a batuta do Assessor da Presidência da Fapesp e mudar as regras do leilão de domínios incluindo um alto valor para o lance (de preferência pago antes). Após o leilão é só dissolver o CGI.br/Nic.br, cortar a barba e morar na Rússia.....

Francisco de Assis Alves
Imaculada Abenante Milani
Sandra Camarinho de Macedo
Priscila Almeida Alves

Av. Paulista, 2518, 4º andar, cj. 41
Cerro do Carmo - CEP: 01310-300
Capital - São Paulo - Brasil
Fone: (11) 3257-0134
Fax: (11) 3256-5508
e-mail: adv.assisalves@zterra.com.br

d) **Anti-Spam:** em outubro de 2000, a favor da IG, Demi Getschko do CGI.br e Frederico Neves da Fapesp cancelam o domínio antispam.org.br e conseqüentemente a atividade do Movimento Brasileiro de Combate ao SPAM. Agora com quase 200 milhões extorquidos dos internautas contratam e pagam passagens internacionais para o empregado Henrique atuar na atividade Anti-Spam, ignorando o Movimento Brasileiro de Combate ao Spam.

e) **Dono do CGI.Br:** Dono do CGI.Br garante que os R\$ 2 milhões extorquidos todo mês pertencem ao Comitê Gestor e não à Fapesp, que se encarrega gratuitamente de todo o serviço de registro contábil....

f) **Após a denúncia ao governo das maracutaias do CGIbr (Comitê Gestor Internet)**, o assunto foi parar no Ministério da Ciência e Tecnologia, que encaminhou dia 28/04/05 para o CGIbr. que simplesmente tenta cancelar os domínios "kanopus.com.br" e "ebdi.com.br" através da *"suposta existência de irregularidades nos dados fornecidos para fins de registro. blá, blá..."*. Em vez do MCT verificar no bolso de quem foi parar os 100 milhões e as manipulações de domínios brasileiros pelo CGIbr, filial da Fapesp, simplesmente tentam calar o denunciante.....

g) **Os 100 milhões de reais sumiram** após uma portaria Interministerial, assinado pelo Min. José Dirceu, coordenado por Arthur Pereira Nunes, tel. (61) 317-7532, incluir um "assessor da presidência da FAPESP" como membro permanente no Comitê Gestor Internet (CGIbr), usando um argumento muito comum na época da idade média "Notório Saber em Internet". Infelizmente desconhecia o título real: NSEPB (Notório Saber em Encher o Próprio Bolso). Não é a toa que o CGIbr / NICbr atuam com se fosse uma filial da Fapesp e a tendência natural é defender os lucros da Fapesp e o internauta que se dane.....já pagou os R\$ 30,00 anual.... se não pagar corta-se o domínio.

Francisco de Assis Alves
Inoculada Abenante Milani
Sandra Camarinho de Macedo
Priscila Almeida Alves

Av Paulista, 2578, 4º andar, cj. 41
Cerqueira Cesar - CEP: 01310-300
Capital - São Paulo - Brasil
Fone: (11) 3257-0134
Fax: (11) 3256-3508
e-mail: adv.assisalves@terra.com.br

h) Para enrolar mais o sumiço do dinheiro os antigos donos do CGI.br criaram em 06/01/2003 uma associação particular chamada NIC.br CNPJ 05.506.560/0001-36, cuja má intenção já tinha sido denunciada em 23 de junho de 2001!. A técnica é simples: a Fapesp extorque dos internautas e repassa para NIC.br que pode fazer o que bem entende porque prestou um serviço qualquer para a Fapesp. Outra parte dos 100 milhões de reais que já sumiram supõe-se que foram para o PTT.br que é de uma empresa chamada Terremark do Paraguai, desculpe Miami e usa o datacenter da HP (Hewlett-Packard). Pelo jeito os datacenter nacionais são péssimos demais. PTT.br quer dizer "ponto de troca de tráfego de empresas nacionais" mas que é controlado pelos EUA graças ao CGI.br.

i) **Tem alguém mentindo...** Em 2003 CGI.br informou que a Fapesp tinha extorquido R\$ 90 milhões dos internautas (clique aqui), so que em 2005 (26 meses depois), Marcelo de Carvalho Lopes, coordenador do CGI e secretário de política de informática do Ministério de Ciência e Tecnologia, jura de pé junto que aumentou míseros R\$ 10 milhões (clique aqui). E o resto??? se a cada ano entram 24 milhões, fora os adicionais obtidos de 2 milhões em cada processo de liberação de domínio e ainda os que entram pelo fundo através da manipulação dos domínios.

j) **A inteligência da Fapesp é realmente exepcional** (sic): caso o status do CNPJ esteja diferente de ativo na Receita Federal a empresa não pode ter o seu próprio domínio registrado em seu próprio CNPJ! Esta decisão ainda é apoiado pelo colegiado de acéfalos que compõe o CGI.br. Se voce não fez o imposto ou tiver alguma pendência com o leão o status do CNPJ fica inapto. A seguir você tem 5 dias p/ retirar os domínios ou perde tudo!. Veja aqui.

h) **Será que a Ministra Dilma Rousseff terá coragem para:**

3) acabar com o NIC.br CNPJ 05.506.560/0001-36 cujos donos são os antigos proprietários do CGI.br?

Francisco de Assis Alves
Imaculada Abenante Milani
Sandra Comarinho de Macedo
Priscila Almeida Alves

Av. Paulista, 2518, 4º andar. cj. 41
Cezqueira Cesar - CEP: 01318-300
Capital - São Paulo - Brasil
Fone: (11) 3257-0134
Fax: (11) 3256-5508
e-mail: adv.assisalves@igerra.com.br

l) **Solicitado a inclusão no Livro dos Recordes Brasileiros e Guinness:** Maior valor extorquido ilegalmente no Brasil: R\$ 200 milhões pelo Comitê Gestor Internet Brasil. Maior valor parado por 3 anos com juros embolsados: R\$ 90 milhões de reais na conta Banespa ag. 105 cc 72400-2. Maior valor sumido: R\$ 110 milhões do Banespa ag. 105 cc 72400-2 pelo grupo NICbr/CGIbr/Fapesp. Maior número de internautas enganados a doar R\$ 30,00/ano: 800 mil. Empresa mais rentável com somente 2 funcionários: Registro.br com receita de 2 milhão/mês limpinho sem imposto.

m) **Não acredito...** os acéfalos do CGIbr - Comitê Gestor Internet, levaram 10 anos e ganharam 200 milhões de reais, livres de impostos federais, estaduais ou qualquer outro controle; para chegar a conclusão que "A Fapesp durante 10 anos não teve poder legal para representar o Comitê Gestor Internet..." mas só podia recolher 200 milhões.

n) **Os milhões de internautas brasileiros** que acabam descobrindo tardiamente que o domínio desejado já está em mãos de terceiros, que se danem, pois são considerados lerdos demais pelo grupo que compõe o Comitê Gestor Internet Brasil a filial mais rentável da Fapesp. Se bem que 99% dos integrantes do CG são somente figurativos, não apitam nada e o restante funcionários da Fapesp. Lógico, o controle tem que continuar em casa.....

o) **Graças ao nosso eficiente CGIbr:**

".... a FAPESP resolveu unilateralmente converter o PTT, um serviço sem fins lucrativos que, tal como o próprio ccTLD, deveria ser considerado um bem público, numa operação empresarial, vendendo-o a uma empresa de Miami (Terremark). Portanto, o principal ponto de comutação de dados do Brasil passou a ser operado por uma empresa norte-americana"..... (texto completo e autor). Fisicamente saiu tudo das dependências da Fapesp e mudou para o data center da Hewlett-Packard operado pela Terremark (do Paraguai, desculpe Miami). Pelo jeito a Fapesp considera as empresas no

Francisco de Assis Alves
Imaculada Abenome Milani
Sandra Camarinho de Macedo
Priscila Almeida Alves

Av. Paulista, 2518, 4º andar, cj. 47
Cerro do Sol - CEP: 01310-300
Capital - São Paulo - Brasil
Fone: (11) 3257-0134
Fax: (11) 3256-5588
e-mail: adv.assisalves@terra.com.br

178

Brasil incompetentes demais até para manter um Data Center ou operar um serviço público ou andou escorregando alguns dólares no bolso do Fredi ou do Russo... O CGIbr menciona somente o sistema Internet Software Consortium (pega mal mencionar uma empresa de fora), não mencionam valores e nem a petulância em informar as comissões pessoais não informaram....

p) Pérolas do mês:

"os gastos anuais com a manutenção do sistema de registro (incluindo mão-de-obra, software e equipamentos) somam aproximadamente R\$ 720 mil. Descontada a taxa de inadimplência, que está em 15%, sobram R\$ 3 milhões para o comitê aplicar em projetos para o desenvolvimento da Internet em todo o país." Isto foi escrito em 1999 !!!!! clique aqui (agora são 200 milhões, isto é dos R\$ 30,00, R\$ 1,00 são custos e R\$ 29,00 são embolsados!!!!. Ainda bem que você é um dos 750 mil que pagam todo ano sem reclamar!, parabéns, continue assim! em vez de aplicar em algo útil como o Fome Zero aplique no bolso da trinca do CG.

"Já Carlos Afonso lamenta que não haja informações nos sites da Fapesp e do comitê sobre a arrecadação do dinheiro e seu destino. Ele afirma que, inicialmente, o site do comitê apresentava vários projetos de serviços, o que não acontece mais. Outra reclamação de Afonso se refere ao número de grupos de trabalho, que, segundo ele, vem diminuindo" Isto foi escrito em 1999 !!!!! clique aqui. Nada a ver com o assunto, mas alguém já viu um ladrão declarar seus gastos?????!

"Falta só descobrir qual a empregada da Fapesp/Registro.BR ou do CGIbr que se beneficiou da transferência ilegal, o toque de caixa, dos domínios citados !!!" Isto foi escrito em 2005!!!! clique aqui.

q) Você sabia que o Nic.BR foi criado pelos membros do antigo CGIbr e que com a transferência da Fapesp para o

[Assinatura]

Francisco de Assis Alves
Imaculada Abenante Milani
Sandra Cunharinho de Macedo
Priscila Almeida Alves

Av. Paulista, 2518, 4º andar. cj. 41
Cerqueira Cesar - CEP: 01310-300
Capital - São Paulo - Brasil
Fone: (11) 3257-0134
Fax: (11) 3256-5508
e-mail: adv.assisalves@terra.com.br

Nic.BR o controle acaba voltando aos membros do antigo CGIbr de forma a perpetuar a extorsão? E ambas **não** estão classificadas como Oscip "Organização da Sociedade Civil de Interesse Público", na Secretaria Nacional de Justiça e até o uso da palavra Fundação é ilegal?"

r) **Participe**, envie a sua denúncia para jan@kanopus.net para divulgação no caderno "Estelionato Legalizado".

IV - DO DIREITO

É incontroverso que a liberdade de expressão não pode ser exercida de modo a ferir a reputação e dignidade de quem quer que seja, devendo ficar contida nos limites da ponderação dos valores morais e dos princípios éticos pelos quais os atos humanos devem se pautar.

As manifestações esposadas no site referido, de única e exclusiva responsabilidade e autoria do Querelado, ofendem o preceito primário da norma tipificadora do delito de difamação, sedimentada no art. 139, do Código Penal.

A mais balizada doutrina e a pacífica jurisprudência, inclusive do E. Supremo Tribunal Federal são no sentido da possibilidade de o crime de difamação ser cometido contra pessoa jurídica.

Assim é o magistério de DAMÁSIO EVANGELISTA DE JESUS, HELENO FRAGOSO e outros, uma vez que a reputação vem inserida da honra objetiva, similitude de imagem, atributos cultivados pela pessoa e reconhecidos pelo conjunto social.

Nesse mesmo sentido, a jurisprudência:

Francisco de Assis Alves
Imaculada Abenante Milani
Sandra Camarinho de Macedo
Priscila Almeida Alves

Av. Paulista, 2518, 4º andar, cj. 41
Cerqueira Cesar - CEP: 01310-300
Capital - São Paulo - Brasil
Fone: (11) 3257-0134
Fax: (11) 3256-5508
e-mail: adv.assisalves@terra.com.br

140
8

"Crime contra a honra – Pessoa jurídica – Sujeito passivo – Possibilidade – As pessoas jurídicas podem ser sujeitos passivos de crime contra a honra, exceto o de calúnia – posto que não se cometeu delitos – pois sua reputação e credibilidade são passíveis de abalo, com reflexos em sua vida econômica". (TACRIM – SP – AC 428- 169 – Rel. Silvio Rigo).

"A pessoa jurídica pode ser sujeito passivo de crime de difamação; não porém, de injúria ou calúnia. Quando o artigo 139 do Código Penal fala em 'alguém', esse vocábulo significa 'alguma pessoa', motivo pelo qual o tipo abrange toda a espécie de pessoa 'seja física ou jurídica' (TACRIM-SP – AC – Rel. Mário Vitiritto – JUTACRIM 89/172).

"Tratando-se de difamação, tem-se por admissível a pessoa jurídica com o sujeito passivo dos delitos contra a honra, máxime sendo eles praticados pela imprensa, caso em que vige o princípio da responsabilidade objetiva (TACRIM-SP – AC – Rel. Gonçalves Nogueira – RT 604/373)."

"A pessoa jurídica pode ser sujeito passivo do crime de difamação. Não, porém, de injúria ou calúnia (STF – RHC – Rel. Francisco Resek – RT 596/421)."

Ora, tendo sido a entidade jurídica, ora Querelante, mencionada de forma prejudicial à sua honra, cuja divulgação constante e implacável implica em irremediável abalo à sua imagem e boa fama, com afirmações, por exemplo, de que a mesma é formada por uma "gang", exhibe-se de todo pertinente a presente queixa-crime, à vista do que se pode depreender dos citados excertos.

Francisco de Assis Alves
Imaculada Abenante Milani
Sandra Camarinho de Macedo
Priscila Almeida Alves

Av. Paulista, 2518, 4º andar, cj. 41
Cerqueira Cesar - CEP: 01310-300
Capital - São Paulo - Brasil
Fone: (11) 3257-0134
Fax: (11) 3256-5508
e-mail: adv.assisalves@terra.com.br

141
8

Com tal procedimento, diante das inúmeras difamações assacadas, por ataques perpetrados contra bens que integram o patrimônio moral do Comitê Gestor da Internet do Brasil e de seus integrantes, o Querelado alcançou criminosa e profundamente a integridade do Querelante, difamando-o, pelo que deve responder, nas formas da lei. É o que se busca com a presente queixa-crime.

Suficiente, também, de outro lado, a prova material das difamações, consubstanciada no incluso "*corpus delicti*", para a instauração da "*persecutio criminis*".

Como é pacífica a jurisprudência a respeito, havendo prova da materialidade e indícios de autoria e descrevendo a vestibular crime em tese, seu recebimento é inafastável (RT 609/333).

V - DA CONCLUSÃO E DO PEDIDO

Em face do quanto exposto, e com fundamento no art. 139 do Código Penal e nos demais dispositivos legais que regulam a espécie, oferece o Querelante a presente **QUEIXA-CRIME** contra o Querelado, qualificado no preâmbulo, apontando-o como incurso nas penas do art. 139 do Código Penal, requerendo, após observadas as providências legais, seja ela recebida e processada, fazendo-se instaurar a ação penal privada, tudo para que, a final, seja acolhida a demanda e julgada procedente a querela, para o efeito de se decretar a condenação do Querelado, aplicando-se-lhe as penas cominadas no dispositivo legal acima indicado, com as decorrências legais.

Requer-se, ainda, a notificação, através de carta precatória, das testemunhas abaixo arroladas para



Francisco de Assis Alves
Imaculada Abenante Milani
Sandra Camarinho de Macedo
Priscila Almeida Alves

Av. Paulista, 2518, 4º andar, cj. 41
Cerqueira Cesar - CEP: 01310-300
Capital - São Paulo - Brasil
Fone: (11) 3257-0134
Fax: (11) 3256-5508
e-mail: adv.assisalves@terra.com.br

que, em dia e hora a serem designados, prestem seus informes, sob as penas da Lei.

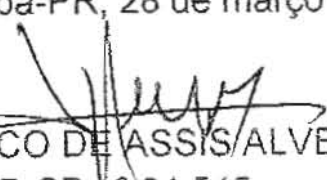
1) DEMI GETSCKO, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 5.490.048-SSP/SP, domiciliado na Av. das Nações Unidas, 11.541-7º andar, São Paulo e Cep: 04578-000;

2) FREDERICO AUGUSTO DE CARVALHO NEVES, brasileiro, separado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 20.026.281-SSP/SP, domiciliado na Av. das Nações Unidas, 11.541-7º andar, São Paulo e Cep: 04578-000;

3) ROGÉRIO SANTANNA DOS SANTOS, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 2.001.329.181-SSP/RS, domiciliado no Condomínio Estância Jardim Botânico, conjunto J, casa 110, Brasília/DF e CEP: 71680-365.

Termos em que,
P. Deferimento.

São Paulo/Curitiba-PR, 28 de março de 2006


FRANCISCO DE ASSIS ALVES
OAB-SP nº 24.545

KELLI PRISCILA ANGELINI
OAB/SP Nº 193.817